

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

INFLAÇÃO: IMPACTO NO CONSUMIDOR FINAL

FELIPE DE ALMEIDA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

INFLAÇÃO: IMPACTO NO CONSUMIDOR FINAL

FELIPE DE ALMEIDA SILVA

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Administração,
pelo curso de Graduação, da UFMS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janaina Cabral da Silva

Chapadão do Sul – MS

Outubro – 2025

INFLAÇÃO: IMPACTO NO CONSUMIDOR FINAL

Felipe de Almeida Silva¹

RESUMO

A inflação impõe desafios expressivos ao cotidiano das famílias brasileiras, sobretudo no que se refere à manutenção do poder de compra e à reconfiguração dos hábitos de consumo. Com o objetivo de analisar os desafios enfrentados pelos consumidores em contextos de alta inflação no Brasil, este estudo desenvolveu uma revisão de literatura com abordagem qualitativa e caráter descritivo, amparada por pesquisa bibliográfica em bases como SciELO, Google Scholar e Periódicos Capes, com foco em artigos publicados entre 2020 e 2025. A análise revelou que a inflação pode impactar de forma estrutural o cotidiano das famílias brasileiras, restringindo o consumo, intensificando desigualdades e exigindo constantes estratégias de adaptação, revelando-se, assim, um fenômeno que ultrapassa a esfera econômica e afeta profundamente a organização social e os modos de vida.

Palavras-chave: Brasil. Comportamento do consumidor. Consumo. Inflação. Poder de compra.

ABSTRACT

Inflation imposes significant challenges on the daily lives of Brazilian families, especially with regard to maintaining purchasing power and reconfiguring consumption habits. With the objective of analyzing the challenges faced by consumers in contexts of high inflation in Brazil, this study developed a literature review with a qualitative approach and descriptive character, supported by bibliographic research in databases such as SciELO, Google Scholar and Capes Journals, focusing on articles published between 2020 and 2025. The analysis revealed that inflation can have a structural impact on the daily lives of Brazilian families, restricting consumption, intensifying inequalities and requiring constant adaptation strategies, thus revealing itself to be a phenomenon that goes beyond the economic sphere and profoundly affects social organization and ways of life.

Keywords: Brazil. Consumer behavior. Consumption. Inflation. Purchasing power.

1 INTRODUÇÃO

A inflação, como descreve Higino (2021), manifesta-se na elevação persistente e disseminada dos preços de bens e serviços em uma economia. Esse processo, que corrói gradualmente o poder de compra da moeda, impõe repercussões diretas sobre o cotidiano das famílias brasileiras. Em um cenário marcado por instabilidades, os efeitos inflacionários ultrapassam os índices econômicos e adentram as escolhas de consumo, os investimentos possíveis e até mesmo as expectativas em relação ao futuro. Bezerra (2024) e Welle, Furno e

¹ Aluno do curso de Administração da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. E-mail: felipe.silva10@icloud.com.

Bastos (2022) destacam que os impactos são ainda mais severos entre os grupos de menor renda, para os quais cada centavo perdido representa uma necessidade a mais não atendida.

Quando se desce à esfera do consumidor final, a inflação deixa de ser um dado macroeconômico e se revela no supermercado, na conta de luz, no posto de gasolina. Não se trata apenas de reajustes isolados, mas da crescente dificuldade em manter padrões mínimos de vida. Welle, Furno e Bastos (2022) observam que essa escalada de preços exige uma revisão profunda dos orçamentos domésticos, levando muitas famílias a reavaliar prioridades, cortar gastos não essenciais e, não raro, comprometer a própria qualidade de vida. Nesse movimento, surge uma questão fundamental: quais são os principais desafios enfrentados pelos consumidores brasileiros diante da alta inflação, e de que forma esse cenário afeta seu poder de compra, padrão de consumo e qualidade de vida?

A realidade inflacionária do Brasil nos últimos anos tem sido moldada por uma combinação de choques externos e fragilidades internas (Nippes; Pavan, 2021). Entre os fatores que contribuíram para o agravamento desse quadro estão a pandemia da Covid-19, as disrupções nas cadeias globais de suprimento, a escalada nos preços das *commodities* e combustíveis, além da desvalorização do real frente a moedas fortes (Cavalcante; De-Losso, 2021; Nippes; Pavan, 2021). Soma-se a isso a ausência de mecanismos eficazes de regulação e proteção social, como a interrupção da política de valorização do salário mínimo e o esvaziamento dos estoques reguladores. Para Bezerra (2024) e Welle, Furno e Bastos (2022), esses elementos contribuíram para aprofundar as dificuldades da população em manter seu poder de compra.

Tendo em vista esse cenário, o objetivo geral desta pesquisa será analisar o impacto da inflação no consumidor final, considerando seus efeitos no poder de compra e no consumo. Para alcançar esse propósito, optou-se pela realização de uma revisão de literatura, adotando-se a abordagem qualitativa, assumindo, assim, o caráter descritivo, seguindo-se, portanto, as etapas recomendadas a um estudo bibliográfico, explorando os principais achados da literatura selecionada.

A pertinência do tema reside justamente em sua interface entre economia e vida cotidiana. Investigar a inflação a partir da perspectiva do consumidor final permite enxergar mais do que indicadores técnicos: evidencia experiências, escolhas forçadas e desigualdades acentuadas. Além disso, o estudo contribui para o debate sobre políticas públicas mais eficazes, que visem proteger o poder aquisitivo da população e promover um ambiente de maior equidade e bem-estar.

A estrutura do trabalho foi organizada em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta os principais aspectos teóricos relacionados a inflação, como seus conceitos, indicadores, medidas e mecanismos de controle. Na terceira, é descrita a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa. Já a quarta seção traz a análise dos resultados, dialogando com os autores selecionados. Por último, a quinta seção traz à luz as considerações finais e sugestões para futuras investigações que queiram se debruçar neste tema e complementá-lo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Inflação no Brasil: conceitos, indicadores, medidas e mecanismos de controle

Souza *et al.* (2022) ao citar o relatório do IBGE do ano de 2022 que apresenta o Sistema Nacional de índices de Preços ao Consumidor, isto é, o IPCA e INPC, ressaltam que a inflação corresponde ao crescimento disseminado dos preços de bens e serviços, acarretando a diminuição do poder de compra do consumidor e a perda de valor do dinheiro (IBGE, 2022). Dessa forma, torna-se necessário dispor de montantes progressivamente maiores de moeda para garantir a aquisição dos mesmos produtos e serviços que antes eram obtidos com menor gasto.

De acordo com Souza *et al.* (2022), a inflação pode ser definida como um fenômeno social que afeta de forma mais intensa e expressiva os grupos sociais que dispõem de uma menor renda, ou seja, aqueles que detêm um menor poder aquisitivo. Além disso, há que se citar que a inflação afeta mais intensamente os grupos de menor renda porque essas famílias utilizam praticamente toda a renda no consumo de bens essenciais e possuem pouca ou nenhuma capacidade de poupança.

A partir disso, Kiss e Strasser (2024) demonstram que a inflação é heterogênea entre domicílios, atingindo de forma mais severa aqueles com menor renda. Dessa forma, qualquer aumento de preço reduz imediatamente o poder de compra desses grupos, comprometendo sua capacidade de sustentar o consumo básico. Nota-se, nesse cenário, que famílias mais vulneráveis apresentam propensão marginal a consumir significativamente mais alta que as famílias ricas, pois destinam quase toda a renda disponível ao consumo.

Assim, quando ocorre aumento generalizado de preços, essas famílias são mais impactadas, uma vez que não conseguem amortecer o efeito inflacionário por meio da poupança ou investimentos, sofrendo perda imediata no padrão de vida. Dessa maneira, nota-se que a

elevação do nível geral dos preços nem sempre leva ao empobrecimento, mas comumente resulta em perda do poder de compra e em maiores dificuldades econômicas para a população. Em termos concretos, observa-se a redução da capacidade de compra diante da quantidade de moeda disponível, o que limita o acesso a bens e serviços essenciais.

Considerando o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor nacional, é preciso apresentar os indicadores e medidas que permitem avaliar qual é o nível de inflação que o país tem enfrentado em diferentes momentos históricos. Como indicam Souza et al. (2022), com o avanço da inflação, observam-se efeitos imediatos sobre o poder de compra. Embora o salário-mínimo seja reajustado anualmente no Brasil, esse aumento nem sempre acompanha integralmente a alta dos preços, o que pode resultar em perda parcial do poder aquisitivo ao longo do tempo.

Nesse contexto, os indicadores utilizados para mensurar a oscilação da inflação são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado o índice oficial do governo federal, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ambos produzidos pelo IBGE. Diante disso, cabe mencionar que o cálculo desses índices é realizado a partir dos gastos com a cesta de bens e serviços que inclui alimentação, vestuário, transporte, saúde, educação, despesas pessoais, entre outros.

A definição dos itens que compõem essa cesta deriva da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a qual identifica o que a população consome e qual parcela da renda familiar é destinada a cada produto ou serviço (IBGE, 2022). Utilizado pelo Banco Central como referência oficial para o sistema de metas de inflação, o IPCA, segundo Bezerra (2024), possui uma estrutura metodológica que abrange famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos residentes nas principais regiões metropolitanas, compondo uma cesta diversificada de produtos e serviços.

Essa abrangência confere ao IPCA legitimidade como indicador macroeconômico, embora não capte, com igual sensibilidade, os efeitos regressivos da inflação sobre as camadas de menor renda. Nesse sentido, conforme mencionado por Ukan *et al.* (2022), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também calculado e divulgado mensalmente pelo IBGE, cumpre a função de mensurar a inflação percebida pelas famílias de baixa renda, com ganhos mensais entre 1 e 5 salários mínimos.

De acordo com Ukan *et al.* (2022), o INPC assume importância singular na correção do salário mínimo, benefícios previdenciários e negociações trabalhistas. Seu viés distributivo torna-o indispensável para a avaliação da justiça social das políticas econômicas, especialmente em um país como o Brasil, caracterizado por desigualdade estrutural e forte concentração de

renda. Ainda, sobre indicadores e medidas da inflação, há que se citar o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

A sua composição é heterogênea, sendo calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em três subíndices: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). Conforme Campedelli (2021), essa estrutura confere ao IGP-M elevada volatilidade, por refletir pressões de preços no atacado antes de chegarem ao varejo.

Utilizado para reajustes contratuais, especialmente em aluguéis e tarifas de serviços, esse índice suscita críticas quanto à sua desconexão com a realidade do consumidor final, sobretudo em períodos de choque de *commodities*. A metodologia de cálculo dos índices inflacionários repousa na construção de cestas de consumo representativas, ponderadas de acordo com os hábitos das famílias. Cavalcante e De-Losso (2021) apontam que, embora tecnicamente rigorosas, essas ponderações podem tornar-se defasadas diante de mudanças abruptas no padrão de consumo.

Nesses contextos, a inflação oficial muitas vezes diverge da percepção inflacionária da população, gerando desconfiança e contestação quanto à legitimidade dos dados divulgados. A percepção inflacionária constitui um fenômeno subjetivo de natureza psicológica e cultural. Lemos e Moraes Sobrinho (2021) argumentam que, ao contrário dos índices oficiais, a inflação percebida pelos consumidores tende a ser influenciada por itens de alta frequência de compra, como alimentos e combustíveis, cujas oscilações impactam diretamente o cotidiano.

Assim, a diferença entre a inflação medida e a inflação sentida pode ser explicada por vieses cognitivos, memória recente de preços e peso simbólico de determinados bens, exigindo, portanto, uma análise que vá além do positivismo estatístico. No campo jurídico, os indicadores de inflação desempenham papel normativo relevante, sendo utilizados na indexação de contratos, sentenças judiciais e políticas públicas.

Morais (2024) destaca que o uso de índices como o IPCA-E, versão especial do IPCA para correções monetárias, reforça a necessidade de padronização técnica e de transparência metodológica por parte dos institutos de estatística. A função jurídica da inflação exige que seus índices sejam não apenas precisos, mas também socialmente legítimos, evitando disputas judiciais sobre critérios de correção e atualização de valores.

Do ponto de vista econômico, a confiabilidade dos indicadores inflacionários é condição imperativa para a credibilidade das autoridades monetárias. Higino (2021) observa que expectativas bem ancoradas dependem da confiança nos dados divulgados, o que implica investimentos constantes em metodologia, revisão de amostras e uso de tecnologias avançadas

para captura de preços. A deterioração da qualidade estatística compromete a eficácia da política monetária e alimenta comportamentos defensivos nos agentes econômicos, exacerbando a própria inflação que se deseja combater.

Já Mazzone *et al.* (2021) sustentam que a composição das cestas e a frequência de coleta determinam o grau de sensibilidade do índice à inflação real enfrentada por diferentes grupos sociais. Em um país com profundas assimetrias regionais e de classe, os instrumentos de medição da inflação devem ser permanentemente revistos à luz da equidade, de modo a garantir que os impactos econômicos não sejam mascarados por estatísticas que ignoram a pluralidade do consumo.

Ainda no que concerne aos mecanismos disponíveis para se controlar a inflação, Ukan *et al.* (2022) apontam que os instrumentos clássicos para o seu controle são a política monetária, a política fiscal, a política cambial, os mecanismos de indexação salarial e o controle de preços públicos. A política monetária, por meio da taxa de juros, pode reduzir ou ampliar o crédito e o consumo, a depender da forma como essa ferramenta é utilizada para controlar as pressões de demanda. Já a política fiscal limitar ou expandir os gastos governamentais e aumenta ou reduz impostos.

O conceito de paridade do poder de compra se relaciona com a equivalência do valor da moeda nacional frente às moedas estrangeiras, considerando os níveis de preços internos e externos. A partir disso, Souza *et al.* (2022) observam, em sua análise, que a inflação reduz o poder de compra, pois o aumento generalizado dos preços de bens e serviços implica desvalorização do dinheiro, exigindo quantidade maior de moeda para adquirir os mesmos itens consumidos anteriormente.

Essa desvalorização interfere diretamente na taxa de câmbio e, portanto, na paridade entre moedas. Além disso, os autores destacam que a inflação é medida por índices oficiais, como o IPCA e o INPC, elaborados pelo IBGE, com base nos custos da cesta de produtos e serviços, evidenciando que o poder de compra interno depende da estabilidade de preços e da política monetária nacional (Souza *et al.*, 2022). Apoiando-se em Ukan *et al.* (2022), compreende-se que o aumento da taxa básica de juros é uma das medidas utilizadas pelo Banco Central para conter a inflação, pois o crédito mais caro reduz o consumo e, com isso, as pressões de demanda.

No estudo, observa-se que a inflação brasileira tem sido influenciada por fatores como o aumento dos custos de combustíveis, energia elétrica e alimentos, que elevaram os preços gerais e reduziram o poder de compra da população. Além disso, Ukan *et al.* (2022) destacam que a elevação da taxa de juros relaciona-se à tentativa de equilibrar o poder de compra e

controlar a desvalorização da moeda, uma vez que o excesso de circulação de dinheiro tende a elevar os preços. Assim, o Banco Central reage ao cenário inflacionário buscando reduzir a demanda agregada, o que evidencia a função direta dessa política monetária no combate à inflação.

Em março de 2022, o IPCA subiu 1,62% e acumulou 11,30% em 12 meses, puxado por transportes (3,01%) e alimentação e bebidas (2,39%). Ukan et al. (2022) indicam que a política monetária, ao encarecer o crédito, busca reduzir a demanda e frear a alta de preços. Contudo, pressões externas como combustíveis e energia elétrica exigem a atuação da política cambial e do controle tarifário. No caso da política cambial, nota-se que ela atua de forma direta na contenção da inflação de custos, pois a desvalorização do real eleva o preço de produtos importados, especialmente combustíveis e insumos industriais.

Ainda, Ukan et al. (2022) citam que, quando o câmbio se desvaloriza, o custo de importação aumenta e pressiona os preços internos, o que exige ações que estabilizem a moeda e evitem o repasse inflacionário. Já a política de controle tarifário exerce função sobre preços administrados, como energia elétrica e combustíveis, cujos reajustes impactam toda a cadeia produtiva. Ao conter ou escalonar reajustes tarifários, busca-se mitigar os efeitos da alta de custos sobre o consumidor final e reduzir o impacto da inflação de oferta, garantindo menor repasse ao índice geral de preços e preservando parcialmente o poder de compra da população.

Complementarmente, Ukan *et al.* (2022) destacam, em sua análise específica, que a política salarial como mecanismo complementar. Cabe mencionar que o Art. 611 da CLT assegura reajustes anuais para recompor o poder de compra, geralmente indexados ao IPCA. Porém, em 2021 o salário mínimo foi reajustado em 10,02%, abaixo da inflação de 10,16%, gerando perda real. Esse dado evidencia que, sem a atuação integrada de juros, impostos, câmbio, indexação salarial e tarifas públicas, o controle da inflação se torna incompleto e compromete a renda do trabalhador.

Já Oliveira, Andrade e Benicio (2020) argumentam que o controle da inflação está relacionado ao monitoramento de instrumentos legais e econômicos que regulam preços e salários, especialmente o Decreto-Lei nº 399 de 1938, que vinculou o salário mínimo ao custo da cesta básica. Além disso, o acompanhamento mensal dos preços pelo DIEESE e o cálculo do Índice de Custo de Vida configuram mecanismos de prevenção inflacionária. Esses dispositivos permitem ao Estado intervir para assegurar equilíbrio entre renda e consumo, resguardando a ordem econômica.

Sob essa égide, Oliveira, Andrade e Benicio (2020) citam que os mecanismos de controle se materializam no cálculo da cesta básica e na estimativa do salário mínimo

necessário. Em janeiro de 2018, a cesta atingiu R\$ 394,22, comprometendo 44,92% do salário líquido, com necessidade de 91 horas de trabalho. Em fevereiro e março, reduções de -2,50% e -1,43% aliviaram esse esforço, exigindo 89 e 87 horas, respectivamente. Em abril, com aumento de 4,42%, voltou a demandar 91 horas, representando 45,08% do rendimento líquido.

Por fim, Oliveira, Andrade e Benicio (2020) demonstram que o salário mínimo necessário estimado entre janeiro e abril de 2018 variou entre R\$ 2.632,85 e R\$ 2.749,34, cerca de 2,76 a 2,88 vezes o piso nacional vigente de R\$ 954,00. Esse parâmetro é utilizado como instrumento de política pública, pois evidencia defasagens entre o poder aquisitivo real e o estipulado legalmente. Assim, a vinculação entre custo da cesta básica, jornada de trabalho e salário mínimo compõe mecanismos efetivos de controle da inflação.

3 METODOLOGIA

O presente estudo configura-se como uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e objetivos descritivos, conforme a classificação metodológica de Gil (2019) e Lakatos e Marconi (2017). Tais características decorrem da intenção de sistematizar e interpretar criticamente a produção acadêmica existente sobre os desafios enfrentados pelos consumidores brasileiros em contextos de alta inflação, buscando descrever padrões, categorias analíticas e lacunas presentes na literatura atual sobre o tema.

A busca pelos estudos foi realizada nas bases Google Scholar, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos da Capes, no mês de maio de 2025. Os descritores utilizados foram: “inflação” AND “consumo” AND “Brasil” AND “poder de compra” OR “comportamento do consumidor”, em português e inglês. Foram aceitas publicações nos dois idiomas, com a aplicação dos operadores booleanos AND e OR para refinar a busca e garantir a abrangência temática. O recorte temporal adotado foi de 2020 a 2025, para captar as publicações mais recentes e alinhadas com os desdobramentos econômicos contemporâneos..

Foram incluídos artigos científicos disponíveis na íntegra e trabalhos acadêmicos de cunho aplicado, com aderência direta ao tema da pesquisa e compatíveis com os objetivos do estudo. Excluíram-se trabalhos duplicados, publicações fora do recorte temporal, estudos sem acesso ao texto completo e em outros idiomas que não o português e o inglês. Após a busca inicial, que resultou em 2.040 publicações, a seleção dos estudos seguiu um procedimento em três etapas. Na primeira, foi realizada a leitura dos títulos, a partir da qual 2.016 trabalhos foram excluídos, restando 24 para a etapa seguinte.

Em seguida, a análise dos resumos permitiu refinar ainda mais o *corpus*, mantendo os mesmos 24 estudos, já que os resumos confirmaram a aderência ao tema. Por fim, na leitura completa dos textos, foram excluídos 13 materiais por não atenderem aos critérios de inclusão, resultando em 8 artigos científicos e 3 trabalhos acadêmicos, totalizando 11 estudos (Quadro 1) que compuseram o corpo final da análise.

Quadro 1 - Principais características dos estudos selecionados

Autor, ano	Objetivo	Principais resultados
Oliveira, Andrade e Benicio (2020)	Analisar custo da cesta básica e impacto na renda.	Cesta básica comprometeu 50% da renda; variações afetaram fortemente o consumo familiar.
Campedelli (2021)	Analisar a formação dos preços administrados no Brasil.	Preços administrados influenciam a inflação por indexação e inércia, impactando consumo essencial.
Cavalcante e De-Losso (2021)	Discutir causas e efeitos recentes da inflação no Brasil.	A inflação afetou mais os pobres, com alta de alimentos, transporte e habitação.
Higino (2021)	Estudar a inflação e o IPCA no orçamento familiar.	Inflação reduz poder de compra, encarece itens básicos e afeta famílias de baixa renda.
Mazzone <i>et al.</i> (2021)	Analisar políticas públicas relacionadas à pobreza energética no Brasil.	Alta do gás forçou famílias pobres a usarem lenha; indicativo de empobrecimento e adaptação forçada.
Nippes e Pavan (2021)	Analisar efeitos da inflação no contexto pandêmico brasileiro.	Inflação reduziu poder de compra, forçou substituições e aumentou desigualdade entre consumidores.
Nunes e Paiva (2021)	Investigar fatores que afetam decisões de compra na pandemia.	Preço, atendimento e higiene guiaram adaptação do consumo em supermercados.
Khatib (2022)	Analisar impactos da crise pandêmica no consumo de moda.	Consumidores reduziram consumo, buscaram canais alternativos e enfrentaram emoções conflitantes devido à inflação.
Ukan <i>et al.</i> (2022)	Analisar como a inflação afetou o poder de compra.	Inflação corroeu salários e reduziu o poder aquisitivo, apesar da queda no desemprego.
Bezerra (2024)	Analisar impacto inflacionário sobre gerações brasileiras de 1980/90.	Inflação corroeu poder de compra, exigindo estratégias governamentais para estabilização econômica e social.
Morais (2024)	Analisar influência de renda, consumo e crédito no endividamento.	Inflação elevou endividamento; famílias usaram crédito para compensar perda de poder de compra.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Para a abordagem dos resultados, considerou-se os achados reunidos pelos 11 trabalhos científicos mencionados no Quadro 1, majoritariamente artigos, que forneceram embasamento

teórico consistente para a abordagem de temas como inflação, poder de compra e comportamento do consumidor, contribuindo para a fundamentação conceitual da análise. Também foi considerada a carta aberta do Banco Central do Brasil ao Ministério da Economia. Esses materiais complementares foram fundamentais para ampliar a compreensão crítica do fenômeno inflacionário no contexto brasileiro recente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Ukan *et al.* (2022), a inflação impacta diretamente o consumidor final porque corrói o poder de compra, distorcendo preços relativos e dificultando a avaliação sobre o que está barato ou caro. Essa perda de referência afeta sobretudo as camadas com menos acesso a instrumentos de proteção. Além disso, o fenômeno pressiona a renda, pois os salários não acompanham a elevação dos preços no mesmo ritmo, levando à necessidade de dissídios coletivos que normalmente demoram um ano para repor perdas

Ainda segundo Ukan *et al.* (2022), os efeitos da inflação no consumo podem ser observados na massa de rendimentos e nos índices do IBGE. O rendimento médio real caiu 8,8% em 2022, atingindo R\$ 2.511, enquanto a inflação anual chegou a 11,30%. Nesse mesmo período, grupos como transporte e alimentação representaram 72% do IPCA de março, mostrando que itens essenciais pesam mais no orçamento. Assim, mesmo com queda do desemprego, o consumidor passou a receber salários menores, o que reduziu sua capacidade de consumo.

Adicionalmente, Ukan *et al.* (2022) demonstram que a legislação trabalhista tenta atenuar perdas com reajustes previstos no art. 611 da CLT. Contudo, como ressaltado, mesmo com correção anual, o reajuste de 10,02% em 2022 não compensou a inflação de 10,16%, evidenciando *déficit* no poder aquisitivo. Ademais, o salário mínimo de R\$ 1.212,00 não repôs integralmente a alta acumulada de preços. Dessa forma, a inflação reduz a renda disponível e altera hábitos de consumo, restringindo o acesso a bens e serviços essenciais.

Outrossim, Oliveira, Andrade e Benicio (2020) destacaram que o Decreto-Lei nº 2162 de 1940 fixou valores do salário mínimo em 14 patamares distintos para o Brasil, revelando disparidades regionais. Posteriormente, em 1984, ocorreu a unificação nacional, e em 1990, mesmo diante de forte inflação, políticas salariais garantiram recuperação de 10,6% no poder de compra entre 1990 e 1994, conforme o Índice Nacional de Preço ao Consumidor. Esses

dados reforçam a relação direta entre reajustes salariais e capacidade de consumo do trabalhador brasileiro

De igual modo, Oliveira, Andrade e Benicio (2020) mostraram que, após a estabilização de preços em 1994, consolidou-se a mais significativa recuperação do salário mínimo desde a década de 1950. Os reajustes passaram a ocorrer anualmente em 1º de janeiro, incorporando-se no pagamento até o 5º dia útil de fevereiro. Esse processo favoreceu o acompanhamento mais eficiente do custo da cesta básica, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 399 de 1938, como parâmetro essencial de poder aquisitivo.

Assim, Oliveira, Andrade e Benicio (2020) apontaram que o DIEESE acompanha mensalmente o custo da cesta básica em 27 capitais, utilizando como referência treze produtos definidos no Decreto-Lei nº 399 de 1938. Esse levantamento inclui carne, leite, arroz, feijão, farinha, batata, pão francês, café, banana, tomate, açúcar, óleo e manteiga. O monitoramento permite calcular quantas horas de trabalho um assalariado que recebe o salário mínimo precisa cumprir para adquirir esses itens, funcionando como indicador socioeconômico nacional.

Sob a mesma ótica, Nunes e Paiva (2021) citam que a inflação se conecta ao consumo porque pressiona a estrutura de preços nos supermercados, obrigando famílias a ajustarem suas escolhas. Durante a pandemia, os entrevistados relataram mudança de comportamento, já que 63% afirmaram que a crise influenciou diretamente seu padrão de compra. Além disso, 65% disseram preferir adquirir produtos da própria cidade, incentivando o comércio local. Esses dados revelam que o aumento de preços não afeta apenas o orçamento, mas também redefine prioridades e vínculos de consumo

Tendo em vista esse cenário, Nunes e Paiva (2021) constataram que a inflação somada à crise sanitária modificou os critérios de decisão do consumidor. A partir disso, há que se pontuar que a pesquisa mostrou que 76% dos entrevistados exigem ambiente seguro e higienizado para efetuar compras, enquanto 70% destacaram a necessidade de funcionários com equipamentos de proteção. Esses resultados demonstram que, além do preço, a percepção de segurança sanitária passou a ser fundamental, alterando rotinas e condicionando o poder de compra à confiança no espaço de consumo

Ainda segundo Nunes e Paiva (2021), é correto afirmar que a inflação aliada ao aumento do custo da cesta básica reforçou a busca por alternativas de consumo. Este estudo revelou que 42% dos consumidores consultam ofertas pelo WhatsApp, seguidos por 16% que recorrem a panfletos e 15% que utilizam carro de som. Assim, deve-se salientar que a elevação de preços levou o consumidor a depender mais de canais informais de informação para escolher onde

comprar, mostrando que a comunicação mercadológica também influencia diretamente na preservação do poder aquisitivo.

Sob a mesma perspectiva, Nippes e Pavan (2021) pontuam que a inflação impacta o consumidor final porque reduz o poder de compra e altera padrões de consumo. O fenômeno intensificou-se com a pandemia da Covid-19, que elevou a procura por itens básicos e pressionou preços em diversos setores. Essa conjuntura fez com que alimentos, habitação, transportes e outros serviços registrassem aumentos, repercutindo de modo mais severo entre as famílias de baixa renda, já que estas destinam parcela significativa de seus rendimentos ao consumo cotidiano.

Ademais, Nippes e Pavan (2021) ressaltam que, em 2020, a inflação oficial medida pelo IPCA foi de 4,5%, superando a meta de 4%. O grupo alimentação acumulou alta de 14,1%, com destaque para óleo de soja (103,8%), arroz (76%), feijão (68,8%), batata-inglesa (67,3%) e tomate (52,8%). Diante disso, os efeitos sobre o consumo foram imediatos, pois o encarecimento desses produtos essenciais comprometeu a renda disponível e impulsionou a substituição de itens de maior valor por alternativas mais baratas.

Além disso, Nippes e Pavan (2021) explicam que a perda do poder de compra também se agravou pelo baixo reajuste do salário mínimo em 2021, que passou de R\$1.045 para R\$1.100, incapaz de cobrir a inflação acumulada. O DIEESE apontou que um salário mínimo comprava cerca de 1,58 cestas básicas, quando em anos anteriores superava duas. O estudo ainda indicou que o valor ideal seria R\$5.304, considerando uma família de quatro pessoas, revelando o distanciamento entre renda e necessidades básicas.

Ainda que a inflação seja um fenômeno macroeconômico, seus efeitos se manifestam de forma direta sobre os consumidores. Moraes (2024) aponta que a elevação dos preços reduz o poder aquisitivo das famílias, sobretudo quando os salários não acompanham a mesma dinâmica. Esse processo leva ao comprometimento da renda e ao aumento do endividamento, fenômeno que gera inadimplência e restringe o consumo. A inflação interfere na capacidade de pagamento, afetando escolhas de consumo e limitando a qualidade de vida.

Nessa seara, Moraes (2024) evidencia que a inflação impacta variáveis centrais como consumo e renda disponível. A taxa média de desemprego no período analisado foi de 10,27%, com coeficiente de variação de 0,26, refletindo instabilidade no mercado de trabalho. A renda disponível apresentou média de R\$ 2.429.097,15, enquanto o consumo das famílias registrou R\$ 1.536.566,65. Esses valores revelam que a pressão inflacionária, somada ao desemprego, deteriora o poder de compra e conduz as famílias a recorrerem ao crédito.

Ademais, Moraes (2024) mostra que a inflação atua de modo mais intenso quando se relaciona ao crédito rotativo, cuja taxa de juros atingiu 440,8% a.a. em dezembro de 2023. Isso significa que uma dívida de R\$ 1.000,00 poderia se transformar em R\$ 5.406,35 em apenas doze meses. Essa dinâmica motivou a criação da Lei nº 14.690 de 2023, cujo artigo 28 limitou os encargos financeiros ao dobro do valor original da dívida, como forma de proteger consumidores.

Já para Mazzone *et al.* (2021), a inflação deve ser compreendida em sua relação com a pobreza energética, pois a elevação dos preços compromete o acesso a bens essenciais e pressiona o consumo das famílias de baixa renda. O uso de lenha, por exemplo, passou de 16% das habitações em 2016 para 19,3% em 2019, representando um aumento de quase 22%. Tal fenômeno evidencia como a perda do poder de compra limita a substituição por combustíveis modernos, com efeitos diretos sobre saúde e qualidade de vida.

Mazzone *et al.* (2021) frisam que a alta dos preços do GLP intensificou o impacto da inflação no orçamento familiar, sobretudo na região Norte, onde o botijão chegou a custar R\$ 113 em março de 2021. Esse cenário levou muitas famílias a retornarem ao uso de lenha, situação que reflete a incapacidade dos programas de transferência de renda em acompanhar a evolução inflacionária. Assim, a renda disponível reduziu-se, alterando hábitos de consumo e comprometendo o direito ao acesso a serviços energéticos modernos.

Consoante Khatib (2022), a inflação durante a pandemia desencadeou transformações no consumo ao impulsionar práticas de anticonsumo que não se deram por escolha voluntária, mas por imposição econômica. Nesse contexto, consumidores paulistanos passaram a recusar compras, cancelar cartões de crédito e até mesmo evitar a socialização associada ao ato de comprar. A perda do poder de compra e a incerteza sobre o futuro fizeram das compras um luxo, e muitos indivíduos deixaram de consumir suas marcas favoritas, transferindo sua renda para itens considerados indispensáveis.

Do mesmo modo, Khatib (2022) demonstra que a elevação de preços levou os consumidores a buscar canais alternativos, como boutiques no Instagram, compras por meio de amigos no exterior e até locação de roupas, sobretudo vestidos de festa. A pesquisa ainda revelou aumento na procura por descontos, tanto de consumidores iniciantes quanto de compradores mais intensivos, que esperavam segunda ou terceira liquidação antes de adquirir produtos. Essa racionalização trouxe mudanças na tomada de decisão, que se tornou mais deliberada, funcional e voltada à relação custo-benefício.

Sob um prisma semelhante, Higino (2021) evidencia que a inflação pode ser entendida como aumento contínuo de preços que corrói a renda do consumidor, alterando padrões de

consumo. O poder aquisitivo é afetado pela elevação de tarifas públicas, alta cambial e valorização de *commodities* como petróleo. Esses fatores encarecem bens essenciais e ampliam desigualdades, sobretudo para famílias que destinam maior parte da renda ao consumo imediato. Assim, a inflação restringe escolhas, desorganiza orçamentos e pressiona a subsistência das camadas de menor renda.

Higino (2021) destaca que o IPCA é o índice oficial que mede a inflação no Brasil, abrangendo famílias com renda de um a 40 salários-mínimos. Em setembro de 2021 a inflação acumulada chegou a 6,90%. Gastos com alimentação, habitação, transporte e saúde apresentaram maior peso no orçamento, especialmente energia elétrica encarecida pela crise hídrica e combustíveis valorizados pelo mercado internacional. Dessa forma, o consumidor experimentou perda de poder de compra e redução na capacidade de manter seu padrão.

Nesse sentido, Cavalcante e De-Losso (2021) destacam que a inflação elevada acentua desigualdades porque os mais pobres não conseguem substituir bens essenciais em sua cesta de consumo. Essa rigidez pressiona orçamentos familiares e altera hábitos de compra, tornando os impactos mais fortes quanto menor a renda. No Brasil, em 2020, a inflação anual foi de 6,28% para famílias de renda muito baixa, enquanto para as de renda alta alcançou apenas 2,74%, evidenciando maior sacrifício proporcional das camadas vulneráveis.

Por outro lado, Cavalcante e De-Losso (2021) demonstram que a inflação em 2021 superou níveis do ano anterior em todas as faixas de renda. Entre famílias de renda baixa e muito baixa, o acumulado em 12 meses ultrapassou 10%, restringindo ainda mais o poder aquisitivo. Campedelli (2021) complementa ao mostrar que preços administrados, como energia elétrica e água, são reajustados anualmente por regras contratuais, baseados no IGP-M ou IPCA, tornando inevitável a transferência de custos ao consumidor final, inclusive entre serviços essenciais.

Além disso, Cavalcante e De-Losso (2021) apontam que grupos de despesa específicos foram decisivos no impacto inflacionário. Em 2020, alimentação acumulou 16,10%, enquanto vestuário apresentou deflação de 3,11%. Já em 2021, transportes impulsionados por combustíveis elevaram 13,53% no acumulado do ano. Já Campedelli (2021) ressalta que tarifas de ônibus, metrô e pedágios seguem metodologias de reajuste ligadas a índices de inflação passada, reforçando a inércia inflacionária. Essa dinâmica mostra como a composição de preços administrados amplia a pressão sobre o consumo cotidiano.

Mediante ao exposto, é possível concluir que a inflação compromete o poder de compra do consumidor final ao provocar desequilíbrio entre rendimentos e preços de bens essenciais. Conforme Ukan *et al.* (2022), o rendimento médio real caiu 8,8% em 2022, atingindo R\$ 2.511,

frente a uma inflação anual de 11,30%. Além disso, itens básicos como transporte e alimentação representaram 72% do IPCA de março. Assim, a renda tornou-se insuficiente, alterando hábitos de consumo e ampliando vulnerabilidades econômicas.

Conclui-se, ainda, que mecanismos legais e políticas salariais buscaram atenuar tais perdas, mas sem alcançar plena compensação. Ukan *et al.* (2022) evidenciam que o reajuste anual de 10,02% não superou a inflação de 10,16%, e o salário mínimo de R\$ 1.212,00 não repôs a alta acumulada. Oliveira, Andrade e Benicio (2020) lembram que a unificação salarial de 1984 e a estabilização de 1994 marcaram avanços, porém a defasagem inflacionária persiste, revelando limites das medidas adotadas.

Por fim, pode-se dizer que o impacto da inflação vai além do orçamento, afetando escolhas e vínculos sociais. Nunes e Paiva (2021) mostraram que 63% dos entrevistados alteraram padrões de compra na pandemia, e 65% priorizaram produtos locais. Já Nippes e Pavan (2021) registraram alta de 103,8% no óleo de soja e 76% no arroz em 2020, forçando substituições. Portanto, a inflação redefine consumo, amplia desigualdades e expõe a fragilidade do poder aquisitivo das famílias brasileiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inflação, ao incidir persistentemente sobre os preços de bens e serviços, manifesta-se como um fenômeno que extrapola os domínios técnicos da macroeconomia e adentra o cotidiano das famílias brasileiras, especialmente as de menor renda. Neste estudo, buscou-se analisar os desafios enfrentados pelos consumidores em um cenário inflacionário recente, focalizando os impactos no poder de compra, as alterações no comportamento de consumo e as estratégias de adaptação das famílias.

O objetivo proposto foi plenamente atendido por meio da revisão bibliográfica que fundamentou a análise qualitativa do fenômeno. Os dados e reflexões apresentadas revelaram, entre outros aspectos, que a inflação compromete de forma acentuada o acesso a bens essenciais, reduzindo o consumo de itens básicos e impondo renúncias significativas às famílias. A elevação do custo de vida, associada à estagnação da renda e à desvalorização do salário mínimo, tem levado os consumidores a substituírem marcas, reduzirem a frequência de compra e recorrerem a estratégias como o endividamento e a informalidade.

Esses achados evidenciam a centralidade da inflação na deterioração das condições de vida e expõem a desigualdade estrutural que se intensifica em contextos de instabilidade

econômica. Além disso, demonstram que o comportamento do consumidor brasileiro, sob pressão inflacionária, revela não apenas padrões de racionalidade econômica, mas também estratégias de sobrevivência marcadas pela resiliência e pela criatividade.

É imperativo que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre os efeitos de longo prazo da inflação sobre o bem-estar das famílias, considerando variáveis como classe social, gênero e localização geográfica. Ademais, estudos empíricos sobre a eficácia das políticas públicas de proteção social frente à inflação poderiam contribuir para a formulação de medidas mais equitativas e eficientes. Investigar, por exemplo, a relação entre inflação e insegurança alimentar ou as consequências psicossociais das privações de consumo representa um campo promissor e necessário para a compreensão abrangente dos efeitos desse fenômeno sobre a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta aberta ao Ministro da Economia sobre o descumprimento da meta de inflação em 2021**. Ofício 823/2022 – BCB/Gapre, Brasília, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://chatgpt.com/c/684ec50f-4c38-8000-bef4-71a2262c2563>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- BEZERRA, D. M. Teoria econômica do poder de compra da moeda e a ameaça da inflação: estudo aplicado ao desconto intertemporal de utilidade da geração brasileira das décadas de 1980/90. **Entrelinhas – Revista de Iniciação Científica**, Mariana – MG, v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/entrelinhas/article/download/6959/5566>. Acesso em: 15 maio 2025.
- CAMPEDELLI, A. L. A formação dos preços administrados no Brasil. **Brazilian Keynesian Review**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 272-305, 2021. Disponível em: <https://www.braziliankeynesianreview.org/BKR/article/view/261>. Acesso em: 28 maio 2025.
- CAVALCANTE, C. N. R.; DE-LOSSO, R. Uma breve discussão sobre o aumento recente da inflação no Brasil. **Boletim Informações Fipe**, n. 494, p. 34-42, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rodrigo-De-Losso/publication/356641122_Uma_breve_discussao_sobre_o_aumento_recente_da_inflacao_no_Brasil/links/61a62d450cfb7a4faa745f57/Uma-breve-discussao-sobre-o-aumento-recente-da-inflacao-no-Brasil.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- HIGINO, L. G. D. Impacto da inflação no poder de compra e a desvalorização da moeda. **Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 1–23, dez. 2021. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/196>. Acesso em: 15 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Indicadores IBGE. Sistema Nacional de índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC. IBGE, 2022.

Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2022/ipca-inpc_202208caderno.pdf? Acesso em: 11 set. 2025.

KISS, Regina; STRASSER, Georg. Inflation heterogeneity across households. *SSN*, 2024.

Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4711249. Acesso em: 07 nov. 2025.

KHATIB, A. S. E. COVID-19 e o anticonsumo: uma análise dos efeitos da Pandemia na indústria da moda. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 59-75, 2022. Disponível em: <https://europepmc.org/article/ppr/ppr241650>. Acesso em: 28 maio 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAZZONE, A. *et al.* A multidimensionalidade da pobreza no Brasil: um olhar sobre as políticas públicas e desafios da pobreza energética. **Revista Brasileira de Energia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 110–119, 2021. Disponível em:

<https://sbpe.org.br/index.php/rbe/article/download/644/472>. Acesso em: 28 maio 2025.

MORAIS, R. L. de. **Endividamento familiar no Brasil**: uma análise entre renda, consumo e crédito no período de 2012 a 2023. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33729>. Acesso em: 28 maio 2025.

NIPPES, G. J.; PAVAN, M. Pandemia e inflação: o Brasil do "Bolsocaro". **Revista Pet Economia UFES**, v. 2, n. 1, p. 23-27, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/36434>. Acesso em: 15 maio 2025.

NUNES, E. da S.; PAIVA, T. C. F. **Fatores que influenciam na decisão de compra do consumidor durante a pandemia do COVID-19**: um estudo do varejo supermercadista de Alto Rio Novo. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal do Espírito Santo, Colatina, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1391>. Acesso em: 28 maio 2025.

OLIVEIRA, L. J. de; ANDRADE, A. P. S. de; BENICIO, M. E. C. Análise do custo da cesta básica e seus reflexos na renda do trabalhador de Tangará da Serra/MT. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis, v. 16, n. 1, p. 23-41, jan./jun. 2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Leandro-Oliveira-6/publication/344313380_ANALISE_DO_CUSTO_DA_CESTA_BASICA_E_SEUS_REFLEXOS_NA_RENDA_DO_TRABALHADOR_DE_TANGARA_DA_SERRA_MT/links/5f66ab2d299bf1b53ee4378c/ANALISE-DO-CUSTO-DA-CESTA-BASICA-E-SEUS-REFLEXOS-NA-RENDADO-TRABALHADOR-DE-TANGARA-DA-SERRA-MT.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, Elisangela et al. mpacto da inflação no poder de compra do consumidor. NGDI Informa, n. 30, out. 2022. Disponível em: <https://cpnv.ufms.br/files/2022/10/NGDI-INFORMA-030.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

UKAN, J. T. *et al.* A alta da inflação e a deterioração do poder de compra do brasileiro. In: FAE Centro Universitário. **Memorial TCC – Caderno da Graduação**. Curitiba: FAE, 2022. p. 205-227. Disponível em: [https://memorialtcccadernograduacao.fae.edu/cadernotcc/article/viewFile/362/231#:~:text=Entretanto%2C%20com%20o%20aumento%20cont%C3%ADnuo,00%20\(12%2C95%25\).&text=O%20IPCA%20de%20mar%C3%A7o%20de,%25%20de%20fevereiro%20\(IBGE\)..](https://memorialtcccadernograduacao.fae.edu/cadernotcc/article/viewFile/362/231#:~:text=Entretanto%2C%20com%20o%20aumento%20cont%C3%ADnuo,00%20(12%2C95%25).&text=O%20IPCA%20de%20mar%C3%A7o%20de,%25%20de%20fevereiro%20(IBGE)..) Acesso em: 28 maio 2025.

WELLE, A.; FURNO, J.; BASTOS, P. P. Z. O poder de compra do salário mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro. **Nota do Cecon**, n. 18, 2022. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/n18/nota-do-cecon-18.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.